

## ENTREVISTA

## JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES

SUPERINTENDENTE DA SUSEP



Joaquim Mendanha

GESTÃO DE MENDANHA  
BUSCARÁ UMA **AGENDA  
POSITIVA PARA O SETOR**

**N**omeado por decreto assinado pelo presidente Michel Temer no final de julho, o superintendente da SUSEP, Joaquim Mendanha de Ataídes, trouxe para a entidade reguladora do segmento de seguros a experiência acumulada em uma longa trajetória como corretor de seguros e líder sindical deste segmento. Após as primeiras semanas no posto, Mendanha destaca que uma de suas metas será buscar uma agenda positiva para a indústria do seguro, que se ressentiu dos efeitos nefastos da recessão econômica. O superintendente também encampa a visão de que é necessário um esforço para que ocorra uma real e correta percepção em relação à importância desse segmento, responsável por 6% do PIB brasileiro. Na entrevista a seguir, Mendanha trata desses e de outros planos de sua gestão.

*“O incentivo e fomento do setor ajudará o País a sair da atual crise”*

**Notícias SindsegSP:** Quais são os seus planos para o mandato à frente da SUSEP?

**Joaquim Mendanha de Ataídes:** A linha de trabalho que será seguida na atuação será definida de acordo com as orientações econômicas do Ministério da

Fazenda, que é o órgão com a competência legal para estabelecer a política e as diretrizes para o setor, conforme prevê o Decreto-Lei nº 73, de 1966. Ressalto também que a SUSEP faz parte do Sistema Nacional de Seguros Privados como entidade supervisora e fiscalizadora do mercado de seguros e, dessa forma, dará ênfase aos direitos dos consumidores de seguros, observando e reforçando, por outro lado, a questão da conduta ética de todos os entes supervisionados, buscando o bom funcionamento e, de forma disciplinada, de todo o setor.

**NS:** O setor enfrenta ainda os efeitos de uma crise severa. De que forma a SUSEP poderá contribuir para a retomada do crescimento?

**JMA:** Acho que o mercado precisa de uma agenda positiva e essa será uma das metas que vamos buscar. Temos ainda como desafio dar visibilidade para o setor de seguros, inclusive demonstrando para o Governo o quão é importante o seguro no universo da economia do nosso País, sua real dimensão e sua participação no PIB, em torno de 6%.

**NS:** O senhor tem uma longa trajetória como corretor de seguros e como dirigente do sindicato da categoria. De que forma essa sua experiência poderá contribuir para a sua administração na SUSEP?

**JMA:** Conheço o setor há quase três décadas, sei muito bem como funciona, e conheço suas demandas e sua enorme relevância para o País, na questão da retomada do desenvolvimento. O incentivo e o fomento do setor, de forma consistente, nesta nova administração que se inicia, serão de fundamental importância para preparar e ajudar o País a sair da atual crise.

**NS:** Quais são as questões que merecerão uma maior atenção nesse seu início de gestão?

**JMA:** Os produtos que já estão prontos, como o Universal Life e o Auto Popular,

## EDITORIAL



Mauro Batista

## UMA BOA VISÃO DE NOSSAS PARCERIAS

Nesta edição, oferecemos uma visão privilegiada dos resultados positivos da estratégia do Sindseg SP de estabelecer parcerias que resultam em muitos benefícios para todos. Na reportagem sobre a evolução da regulamentação de veículos blindados (pág. 3) e na matéria em que tratamos do amadurecimento da regulamentação da área de salvados (pág. 2), é possível perceber os ganhos que a sociedade como um todo obtém a partir de um esforço coordenado, no qual o Sindseg SP tem participação determinante. Tratamos também na pág. 4 de nova parceria com um antigo aliado, o Sincor-SP, em programa destinado a difundir a importância do seguro para públicos diferenciados. Esta edição também é abrilhantada com entrevista com o Superintendente da SUSEP, Joaquim Mendanha de Ataídes, na qual ele fala a respeito dos planos de sua gestão.

**Mauro Batista**  
Presidente

devem ter uma atenção especial. Mas estamos construindo uma agenda positiva do mercado para apresentar ao governo.

**NS:** A gestão de seu antecessor, Roberto Westenberger, foi marcada pela definição de novos produtos para a indústria seguradora. O senhor dará continuidade a esse trabalho?

**JMA:** Todas as ações implantadas pelo meu antecessor, e que são importantes para o mercado, devem ser mantidas.

# AVANÇO DA REGULAMENTAÇÃO EM SÃO PAULO PROPORCIONA MUITOS BENEFÍCIOS AO MERCADO



Israel Alexandre de Souza

A combinação de maior número de acidentes e da evolução tecnológica levaram o Estado de São Paulo a adotar novas regras com o objetivo de reforçar a regulamentação relacionada com o comércio de veículos “salvados” – que voltam a circular após acidentes – e evitar fraudes que colocam em risco a segurança no trânsito e provocam prejuízos para os consumidores. Por meio de resoluções baixadas nos últimos anos pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e pelo Detran-SP, houve evolução dos critérios para a classificação de danos de veículos acidentados, permitindo maior controle da destinação dos salvados.

“Somadas essas resoluções com a Lei dos Desmontes, fechou-se um circuito na regulamentação que resultou em muitos benefícios para a sociedade”, explicou o consultor do Sindseg SP, Adhemar Fujii. O Sindiseg SP envolveu-se diretamente, por meio de parceria com o Detran-SP e com outros órgãos com interesses na questão, nas discussões que permitiram a evolução da regulamentação no Estado. Segundo Fujii, foram três versões de resoluções adotadas – a última delas é a de número 544, de 2015.

O diretor de Veículos do Detran-SP, Israel Alexandre de Souza, destacou a importância da Resolução 362, que introduziu a classificação de danos de veículos por meio do boletim de ocorrência. “Identificamos, no início desse processo, uma subnotificação grande de acidentes de trânsito. Devido ao fato de o Estado de São Paulo concentrar um grande número de seguradoras, existe um número grande de veículos transferidos para elas. O que fizemos, então, foi identificar esses veículos”, diz Souza.

O diretor lembra que, até 2014, existia um bloqueio automático dos veículos salvados, que eram submetidos muitas vezes a uma avaliação de danos posterior ao conserto. Essa situação deixava brechas para que não fosse possível a apuração do estado real dos veículos em casos

de pedidos de desbloqueios. A partir de 2014, por meio de uma portaria, a avaliação da monta dos danos foi transferida para o início do processo. Ao solicitar a transferência dos veículos para os seus nomes, as seguradoras passaram a apresentar um relatório de danos, acompanhado de foto e assinado por um perito cadastrado junto ao Detran-SP.

Com base nesse relatório, é possível saber se ocorreu um dano de pequena, média ou grande monta. Em casos de danos de pequena monta, o veículo que pode ser liberado para circulação; de média monta, fica bloqueado, com a circulação e o licenciamento impedidos, até a apresentação de documentação comprovando o conserto e um certificado de segurança atestando que o veículo está apto a circular; e de grande monta, que não pode mais circular.

Souza acrescentou que o Detran-SP trabalhou diretamente junto ao Denatran e à Câmara Temática de Assuntos Veiculares para alterar também a resolução federal sobre o assunto. Foi publicada, então, a Resolução nº 544, que exige a classificação no momento da transferência dos veículos para a seguradora, mesmo quando não existe o boletim de ocorrência. “Continuamos a discutir melhorias. Queremos que esse laudo passe a ser eletrônico, a exemplo do que ocorre com outros laudos de vistoria”, afirmou o diretor do Detran-SP.

Os benefícios das regras são muitos. O superintendente da Renova Eco Peças, Fábio Frasson, destaca que o processo de regulamentação em curso é importante, pois incentiva a reciclagem automotiva que, há tempos, é uma necessidade mundial. “A frota de veículos inutilizados, por sinistro, envelhecimento ou problemas administrativos, cresce a cada dia e representa maior risco para o meio ambiente”, afirma Frasson, ressaltando que se estima que 50% da frota brasileira, de cerca de 30 milhões de veículos, esteja próxima da necessidade de reciclagem.

Ele acrescenta que o aproveitamento correto de peças usadas reduz a utilização

de peças novas, as emissões de gases e os impactos ambientais. “Entendemos que o principal beneficiado é a sociedade. Em primeiro lugar, por preservar o meio ambiente por meio da destinação ambientalmente correta dos resíduos potencialmente lesivos ao meio ambiente, como ocorre, por exemplo, com a sucata ferrosa, que pode retornar à siderurgia, e o óleo, que pode ser reaproveitado pelo re-refino”, diz ele.

Adiel Avelar, presidente da Copart, empresa de leilões que desembarcou no Brasil no final do ano de 2012 com uma experiência de mais de 35 anos na venda de veículos salvados em diferentes mercados ao redor do mundo, lembra que, em sua chegada, a empresa se deparou com um mercado em crescimento, com muitas oportunidades e, tendo em vista a fragmentação e falta de profissionalização do setor de leilões, um grande desafio. “Observamos, no entanto, nos últimos três anos, um contínuo processo de profissionalização e formalização desta indústria no Brasil”, afirma Avelar.

A Lei do Desmonte, capitaneada pelo Estado de São Paulo e depois promulgada nacionalmente, destaca ele, trouxe para o mercado brasileiro um conjunto de regras e instrumentos para acelerar este processo de formalização e amadurecimento do mercado nacional. “Porém, temos que tomar cuidado para que não haja uma extrema burocratização do negócio de desmanche automotivo, criando assim barreiras especialmente para empresários de pequeno e médio porte neste setor”, acrescenta.

“Temos uma expectativa muito boa para o futuro do mercado brasileiro de salvados e queremos contribuir com nossa experiência para o crescimento e desenvolvimento saudável deste mercado”, acrescentou o presidente da Copart. “Para que isso aconteça, é essencial que todos os participantes da cadeia tenham a chance de ser competitivos obedecendo as mesmas regras podendo assim gerar resultados para investir cada vez mais no negócio”.

# SINDSEG SP INTEGRA FORÇA-TAREFA PARA DEFINIR **NORMAS DE BLINDADOS**

Os segmentos envolvidos direta ou indiretamente com a comercialização de veículos blindados estão realizando um esforço conjunto com o objetivo de reformular as normas que regem esse setor. Essa força-tarefa, que envolve o Sindseg SP, juntamente com o Exército Brasileiro, que fiscaliza o segmento, Polícia Civil de São Paulo, Detran-SP e a Associação Brasileira de Blindagem (Abrablin), que congrega as empresas de blindagem, busca aprimorar a regulação e contribuir para a formalização desta área.

“Nosso viés é o de exercer a cidadania e contribuir para que coisas ruins sejam afastadas”, afirmou o presidente do Sindseg SP, Mauro Batista. No final de agosto, Batista foi um dos palestrantes do Seminário sobre Blindagem Balística, realizado na sede do Comando da 2ª Região Militar, na capital paulista. O evento foi o terceiro realizado desde 2014 para as discussões das novas regras.

A participação no evento é mais uma iniciativa alinhada com a estratégia do Sindseg SP de estabelecer parcerias com entidades setoriais e com órgãos governamentais com o objetivo de propor

melhorias para a indústria seguradora e, ao mesmo tempo, oferecer benefícios para a sociedade como um todo.

Durante o seminário, o comandante da 2ª Região Militar, General de Divisão Santos Guerra, anfitrião do evento, conclamou os participantes a contribuírem para tornar esse mercado mais seguro, principalmente para o consumidor. Em abril último, o Exército realizou a Operação Relâmpago, uma ação de fiscalização em empresas de blindagem que resultou na apreensão de quase 250 veículos blindados irregulares. “Não queremos cumprir esse papel policial. Nosso desejo é contribuir para que o segmento se desenvolva dentro da legislação e proporcione emprego e renda para a população”, afirmou o General Santos Guerra.

## MAIOR MERCADO

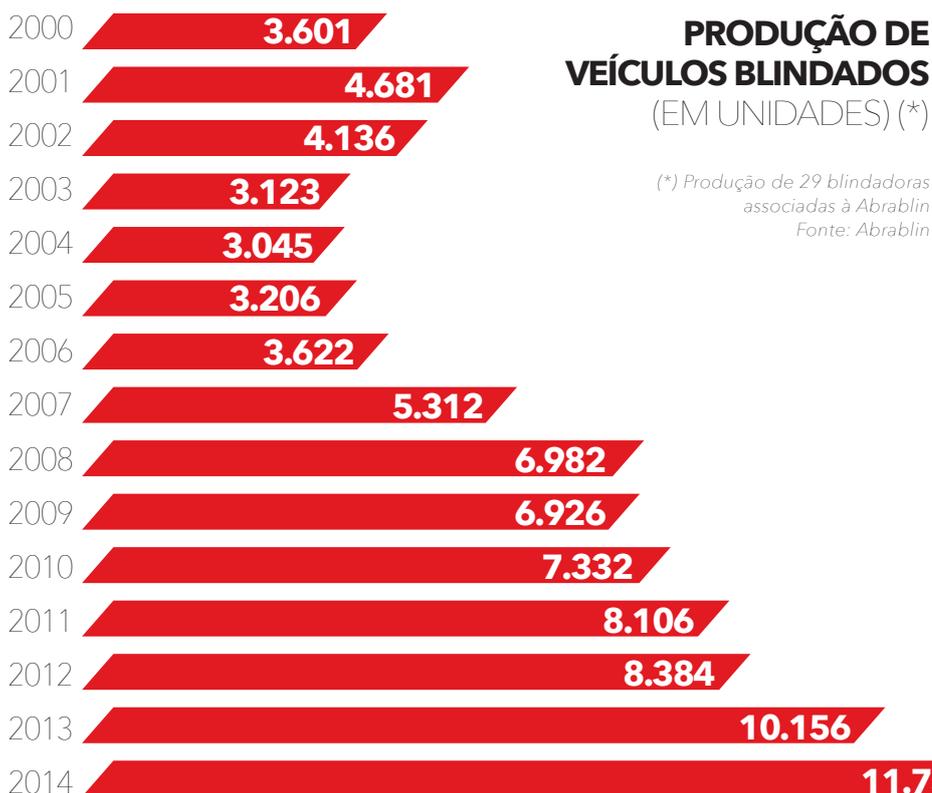
O Brasil é o maior mercado mundial de veículos blindados. De acordo com estimativas da Abrablin, a frota brasileira de veículos blindados somava, em 2014, mais de 160 mil unidades. Do total de veículos blindados do país, 70% se encontram no Estado de São Paulo. A produção de veículos blindados pelas empresas associadas

à Abrablin saltou, no período entre 2010 e 2014, aproximadamente 60%, de 7.332 para 11.731 unidades. O segmento de blindagem vem passando por uma evolução grande, que inclui a diversificação de suas atividades, que agora compreendem também a blindagem arquitetônica.

O presidente da Abrablin, Rogério Garrubbo, manifestou apoio ao processo de aprimoramento das regras. “As seguradoras tiveram papel importante na regulamentação desse mercado”, lembra Garrubbo, destacando que a exigência de documentação específica feita pela Fensseg contribuiu muito para isso. Garrubbo lembra que, no início da década passada, muitas blindadoras, movidas muitas vezes por desconhecimento, passaram a atuar com sistemas próprios de blindagem, o que abriu espaço para dúvidas em relação aos níveis reais de proteção oferecidos por parte dos veículos. O nível de blindagem confiável é o 3A, que proporciona proteção a disparos de praticamente todas as armas de mão. Mas existem no mercado veículos resistentes apenas a balas de revólveres calibre 38.

“Existe hoje um passivo grande de veículos blindados irregulares”, afirma Adhemar Fujii, do Sindseg SP. Os problemas incluem, por exemplo, a falta de documentação completa de parte dos veículos, uma vez que muitos tiveram suas blindagens produzidas por empresas que já não estão mais no mercado. No caso de veículos usados blindados, não é possível saber se a blindagem sofreu reparos. São comuns casos de veículos blindados usados com os vidros delaminados (com bolhas no vidro), o que fragiliza a blindagem. O problema é provocado pela ação do tempo ou decorrente de processos industriais mais antigos.

São frequentes os casos de proprietários de veículos que submetem os vidros delaminados ao processo de autoclavagem – a submissão do material a altas temperaturas. Nesse processo, contudo, existe o risco de o vidro perder suas características iniciais, ampliando sua vulnerabilidade.



## ANTONIO PENTEADO MENDONÇA

UM PRODUTO CHAMADO **SALVADO**

Quando a seguradora indeniza o sinistro, acontece uma série de fatos da maior importância para o bom funcionamento do contrato e para a segurança jurídica da relação entre seguradora e segurado.

É importante salientar que o pagamento da indenização não é o objetivo do contrato de seguro. Este é a proteção do risco. O pagamento da indenização é a contraprestação da seguradora. Ou seja, em função de receber o prêmio, na ocorrência de um sinistro coberto, a seguradora reage, pagando a indenização devida.

A primeira consequência do pagamento da indenização é a sub-rogação da seguradora nos direitos do segurado, proporcionalmente ao prejuízo indenizado. Se o seguro tiver franquia ou participação obrigatória do segurado, ou a importância segurada não for suficiente para fazer frente à totalidade da perda, a seguradora se sub-roga apenas naquilo que foi efetivamente pago por ela. O crédito restante permanece com o segurado.

A segunda consequência - que não é obrigatória em todos os sinistros - é a transferência do salvado para a seguradora. Mas o que é salvado? Salvado é a

sobra do sinistro, ou o que não foi completamente destruído pelo evento danoso. Paga a indenização, a seguradora entra na posse dos salvados. Ela se torna proprietária dos bens ou restos que não foram completamente destruídos.

A transferência da propriedade ou da posse, dependendo do bem, se dá em virtude do pagamento da indenização. Com ela, o segurado volta ao mesmo estado patrimonial que tinha no instante anterior ao sinistro. Assim, por consequência, até para evitar o seu enriquecimento ilícito, a seguradora se torna proprietária do salvado.

Nem sempre um sinistro deixa salvado. Além disso, há casos em que a seguradora não tem como entrar na posse dele, ou por ser materialmente impossível, ou por haver previsão legal impedindo a transferência, inclusive da sub-rogação, como se vê nos seguros de pessoas.

Mas, concretamente, o que é um salvado? Um automóvel indenizado como perda total é um salvado. O para-choque trocado após uma batida é um salvado. Máquinas e equipamentos que sobram de um incêndio são salvados. Matérias-primas e mercadorias

danificadas numa inundação são salvados etc. A importância da transferência do salvado para a seguradora é que, com a sua venda, a companhia minimiza o custo da indenização. Ainda que vendido como sucata ou a peso, o recebimento de qualquer quantia reduz o valor da indenização paga, melhora a sinistralidade e impacta positivamente o resultado final da seguradora.

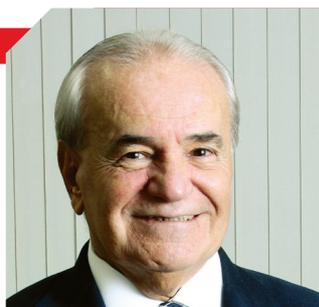
A gestão dos salvados é um ponto que merece atenção especial da companhia. Dada a quantidade e as diferenças de estado de salvado para salvado, somadas, principalmente, ao fato dos sinistros acontecerem nas mais variadas regiões, a seguradora precisa ter um controle rígido e rápido do estoque de salvados, dividido por carteira e por local de armazenamento.

Precisa também ter um canal eficiente de vendas para transformá-los em dinheiro o mais rapidamente possível e assim minimizar seus custos. O que a seguradora não pode é desconsiderar a importância dos salvados.

SINDSEG SP E SINCOR-SP  
LANÇARÃO O PROGRAMA  
**'EDUCAR PRA PROTEGER'**

Produtiva parceria entre Sindseg SP e Sincor-SP vai ser novamente colocada em prática. As duas entidades, que representam respectivamente seguradoras e corretores paulistas, pretendem relançar até o início do próximo ano o Programa Cultura do Seguro, que tem como objetivo mostrar para diferentes segmentos da sociedade a importância dos seguros. O programa tem como alvo três públicos diferenciados: estudantes secundaristas, universitários e empresários.

"O objetivo é divulgar a essência institucional do seguro e contribuir para conscientizar as pessoas sobre a sua importância", explica o diretor do Sincor-SP, Osmar Bertacini. Segundo ele, a previsão é a de que o programa, assim que lançado, percorra cidades



Osmar Bertacini



Fernando Simões

de todo o Estado no próximo ano". Já para Fernando Simões, diretor executivo do Sindseg SP, "essa iniciativa é uma oportunidade do setor divulgar a importância da proteção. Nossos jovens vão ter uma oportunidade de pensar em planejar o seu futuro".

Segundo Bertacini, representantes do Sindseg SP e do Sincor-SP apresentaram o programa ao governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e ao secretário de Estado da Educação, José Renato Nalini, que consideraram abertas as portas das escolas paulistas para a iniciativa.

## EXPEDIENTE

**Notícias Sindsegsp** é uma publicação do Sindicato das Empresas de Seguros, Resseguros e Capitalização do Estado de São Paulo.

**Presidente:** Mauro Batista **Diretor Executivo:** Fernando Simões **Produção:** Néctar Comunicação Corporativa

**Jornalista responsável:** Eugênio Melloni (MTb 19.590) **Redação e edição:** Eugênio Melloni **Fotos:** Divulgação